

Ministro quer rever a política de alfabetização

por Nora Gonzalez
de São Paulo

2 * DEZ 1992



Murílio Hingel

O ensino de primeiro grau deverá ser prioridade do Ministério da Educação em 1993. Isso significa rever a atual política de alfabetização, o projeto dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC) e garantir o ingresso das crianças às escolas. Para viabilizar essas metas, o ministro Murílio Hingel quer estabelecer um programa nacional de educação e realocar as verbas da pasta. De acordo com a Constituição, 18% da receita tributária da União deve ser destinada à educação (para estados e municípios o compromisso é de 25%).

"Hoje o Ministério da Educação sustenta seus próprios pensionistas e aposentados, ao contrário dos outros ministérios, que contam com recursos do Tesouro para isso", exemplificou Hingel ontem, em palestra na Universidade de São Paulo. Assim, da receita total do Ministério, 3,24 % destinam-se ao pagamento de aposentados e pensionistas, recursos para a Fundação de Educação do Distrito Federal e bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em termos nacionais, 9% da receita tributária total (ou 50% do orçamento do ministério) deveria ser destinada ao ensino fundamental e à alfabetização, também segundo a Constituição. "Estamos deixando de aplicar recursos no ensino fundamental", disse Hingel. Os CIAC, rebatizados de CAIC, também passarão por uma revisão. "O importante é termos um projeto pedagógico, não apenas prédios megalomaniacos", disse. Em 1993 deverão ser construídos 300 CAIC (cerca de 50 em São Paulo), de acordo com as necessidades de cada esta-

do. para 1994, estão previstos outros 300. O objetivo do governo Collor era construir 5 mil entre 1992 e 1993, mas cada um custa US\$ 1,2 milhão mais US\$ 200 mil para seus equipamentos e o governo federal não tem dinheiro para tanto.

O ministro também se comprometeu ontem a repassar os recursos para os estados com maior pontualidade — no que foi elogiado pelo secretário estadual da educação, Fernando Moraes. Moraes também aprovou a opção do Hingel de comprar 40 mil vagas na rede particular para atender às crianças que não conseguem se matricular na rede pública. "O número é insignificante, mas qualquer coisa que se faça para permitir o acesso das crianças à escola será bem-vinda. Compra de vagas não é novidade", disse. De acordo com o ministro, hoje uma mensalidade de primeiro grau na rede privada no Distrito Federal custas Cr\$ 800 mil, em média, mas o governo consegue vagas por Cr\$ 200 mil mensais. Já o secretário municipal de Educação, Sérgio Cortella, é contra a compra de vagas. "Com esses recursos, poderíamos construir escolas, em caráter permanente", criticou.